

Por uma
Educação
NÃO
Sexista



Alaiane de Fátima dos Santos Silva

Daiana da Silva

Iara Amora dos Santos

Por uma
Educação
NÃO
Sexista

Rio de Janeiro, 2009.

 **CAMTRA**
CASA DA MULHER TRABALHADORA

Casa da Mulher Trabalhadora - CAMTRA

Rua Pedro I, 07 – SALA 804 (parte) - Centro - Cep: 20060-050 - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: 55 21 2544- 0808

Internet: www.camtra.org.br

correios eletrônicos: camtra@camtra.org.br / mulheresjovens@camtra.org.br

Coordenação Executiva da Camtra:

Eleutéria Amora da Silva - Coordenadora Geral

Julia Paiva Zanetti - Coordenadora Financeira

Carla de Oliveira Romão - Coordenadora de Relação Institucional

Iara Amora dos Santos - Coordenadora Suplente

Missão:

A Casa da Mulher Trabalhadora - CAMTRA é uma instituição sem fins lucrativos, que tem por missão ir ao encontro de outras mulheres com a perspectiva de colaborar para o fortalecimento de sua autonomia e desperta-las para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Equipe de Redação:

Alaiane de Fátima dos Santos Silva; Ana Carolina Coelho de Souza; Carla de Oliveira Romão; Daiana da Silva; Iara Amora dos Santos; Iasmin Amora de Castro Silva.

Revisora: Lígia Elias Coelho

Gráfica: larte – Impressos de Arte Ltda

Tiragem: 1000 exemplares

Projeto Gráfico e Diagramação: Claudinei de Castro - (21) 9625-5800

Fotos: Claudinei de Castro, Sxc e Arquivos da CAMTRA

Esta publicação tem fins educacionais e será distribuída gratuitamente. É livre a reprodução, desde que citada a fonte.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S578p

Silva, Alaiane de Fátima dos Santos, 1986-

Por uma educação não sexista / Alaiane de Fátima dos Santos Silva, Daiana da Silva, Iara Amora dos Santos. - Rio de Janeiro : CAMTRA, 2009.

32p. : il. (algumas color.)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-61881-02-3

1. Discriminação na educação. 2. Discriminação de sexo na educação. I. Silva, Daiana da, 1986-. II. Santos, Iara Amora dos, 1984-. III. Casa da Mulher Trabalhadora. IV. Título.

09-1731.

CDD: 379.26

CDU: 37.014.511

16.04.09

24.04.09

012183

Índice

4

Introdução

Rosa para meninas e azul para meninos?

7

13

É natural que os meninos beijem as meninas à força?

Existem diferenças entre as representações de negras(os) e brancas(os) nos livros didáticos?

17

21

Sexualidade é...

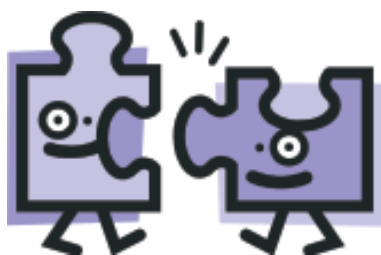
Menino que usa rosa é gay?

24

Carã colega Professora(or),

Você já parou para pensar na educação, formal e/ou informal, que nós recebemos? Já reparou que este processo está cheio de valores e regras? Por exemplo, o uso de frases como “ feche as pernas menina”, “meninos não choram”... Reafirmando nossos papéis sociais de acordo com o sexo, o menino deve ser travesso e bruto e a menina, recatada e frágil. Assim fica mais fácil percebermos que mulheres e homens recebem uma educação diferenciada, somos educadas e educados, muitas vezes, a partir de valores que concebem o homem e a mulher como desiguais.

Em muitos momentos, nós, mulheres, tivemos que aceitar nossa invisibilidade presente na linguagem masculina utilizada por professoras(es). Era sempre: OS ALUNOS. Mesmo numa turma de normalistas, com 95% de mulheres, são raras as professoras(es) que nos contemplavam como alunas e alunos; ao contrário, valiam-se de um termo genérico, o homem, para representar ambos os sexos.



Não podemos negar que este mundo se baseia num modelo de sujeito: masculino, branco, heterossexual. Este padrão origina em nosso cotidiano inúmeros preconceitos. Nossas atitudes tendem a seguir o mesmo padrão, passamos a manifestar nossos preconceitos de diversas formas ou, ainda, supondo que somos superiores porque pertencemos a um determinado grupo social, favorecidas(os) pela cor/etnia, saudáveis de acordo com a orientação



sexual. Esses princípios não contemplam a singularidade de cada ser humano, a diversidade que habita o mundo.

Na escola, estas discriminações são ainda mais latentes, já que há um grande número de crianças que trazem de suas casas e

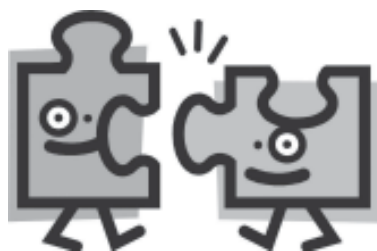
famílias pré-conceitos, frutos de concepções dos papéis masculinos e femininos, possibilitando visibilidade dos conflitos e de discriminações. Mesmo não sendo a principal responsável pela construção deste modo de pensar, a escola colabora na sua perpetuação ao não questioná-lo ou modificá-lo.

Assim, a escola se constrói sexista e discriminatória com métodos que refletem esta maneira de pensar. Nos livros didáticos, por exemplo, as mulheres aparecem no espaço doméstico, a negra e/ou o negro como, empregadas(os) e/ou escravas(os); a família, sempre do mesmo tipo, com pai, mãe e filha/o; não considera gênero no plural e ainda legítima uma língua portuguesa que utiliza o masculino – OS – para se referir a mulheres e homens, mesmo que os homens sejam/estejam em minoria.

Frente a estas e muitas outras questões, nós, do Núcleo de Jovens Mulheres da Camtra, a partir da experiência com outras estudantes de Institutos de Formação de Profes-



soras(es), sentimo-nos provocadas a desenvolver o projeto “Por Uma Educação Não Sexista”, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – Secad/MEC. Este projeto visa contribuir para a formação de jovens professorandas, através da realização do curso “Por uma Educação Não Sexista”, sensibilizando-as sobre as temáticas de gênero, raça/etnia,



orientação sexual e outras formas de opressão, trazendo reflexões para que possam lidar com essas situações na sala de aula, respeitando a diversidade e **d e s c o n s t r u i n d o** preconceitos para a construção de uma educação transformadora.

Sabemos que a educação é questionada continuamente na tentativa de criar novas formas de fazer e ser educação, que pensem e olhem o indivíduo em todas as suas especificidades. Nada de modelos prontos sem conhecer a quem se ensina. Mas estas reflexões estão muito longe de serem aplicadas na prática da sala de aula. Nesta perspectiva faz-se necessário oportunizar diversas maneiras de reflexão às futuras professoras e às(os) professoras(es). O curso “Por uma Educação Não Sexista” contribui para a construção dessas novas formas de fazer e ser da educação, possibilitando intervenção para uma educação não sexista, não discriminatória, não homofóbica e não racista, garantindo espaços que nos sensibilizem frente a essas questões, que nos façam enxergar a diversidade que está inserida em nossa sala de aula para, assim, valorizá-la.

Esta cartilha é fruto desta consciência. Começou num pequeno grupo de jovens mulheres e educadoras, espalhou-se em seis turmas de jovens professorandas com constante reflexão e



sensibilização, numa relação de troca entre o grupo que organizava o curso e das professorandas que participavam.

Pretendemos, assim, levar um pouco do que acumulamos ao longo dessas seis turmas em nossas reflexões sobre gênero/sexismo, histórico do movimento de mulheres, violência contra a mulher, sexualidade, orientação sexual, raça/etnia. Para que você, professora(or), possa também refletir e se apropriar desta ferramenta, para, com a sua ajuda, consolidarmos uma educação que, acima de tudo, eduque para a humanização. Entre na nossa luta: Por uma Educação Não Sexista, Não Discriminatória, Não Homofóbica e Não Racista.

Boa leitura e contamos com você!!!

ROSA PARA MENINAS

AZUL PARA MENINOS?



Você já percebeu que desde o nascimento, ou até mesmo antes dele, a família e a sociedade já têm expectativas diferentes para meninas e meninos? Primeiro, há toda uma expectativa sobre a descoberta do sexo do bebê. A partir de então, começam-se a comprar as roupinhas: rosas, para meninas; azul, para meninos. Dos meninos, espera-se que sejam espertos, gostem de futebol, tenham muitos amigos, sejam “garanhões”; já as meninas são tratadas como bonequinhas, como se fossem frágeis e sensíveis; almejam que ajudem nas tarefas domésticas, sejam comportadas e tenha poucos namorados. E, ao chegar à escola, as crianças já trazem consigo muitos desses valores, que se traduzem no dia-a-dia através de seu comportamento e ideias.

Você, educadora(or), já parou pra se questionar se realmente existe problema no fato de meninas e meninos usarem rosa, azul e todas as outras cores sem distinções? De ambos praticarem o esporte de que mais gostam, livres dos rótulos de que futebol é para meninos e balé para meninas?

“Fiz estágio no Jardim I. As crianças, para desenhar, tinham que colocar um colete, e esses coletes eram coloridos; o menino não quis usar o colete rosa, disse que era de menina” (aluna do Curso “Por uma Educação não Sexista”)

Já percebeu que, muitas vezes, na escola, acabamos reforçando esses valores de competitividade e desigualdade entre os sexos? Quando, por exemplo, separamos a fila de meninos e meninas, ao estimularmos os meninos a praticarem esportes coletivos e que exigem esforços físicos e às meninas incentivarmos brincadeiras passivas e, na maioria das vezes, ligadas às tarefas domésticas.

Mas de onde vem tantas diferenças e quais são as consequências?

Muitos desses mitos, à primeira vista, parecem se basear nas diferenças biológicas entre os sexos, ou seja, conforme nascemos homem ou mulher, espera-se que tenhamos comportamentos diferentes, e geralmente opostos: rude/meiga, forte/frágil,

público/privado. Contudo, se dedicarmos um pouquinho mais de atenção para esta situação, perceberemos que essa educação diferenciada está carregada de valores que se baseiam em um modelo de sociedade patriarcal e, também, na superioridade dos homens sobre as mulheres. Além disso, perceberemos que, ao educar mulheres e homens de forma diferenciada acabamos por limitar as oportunidades de cada uma(um) e contribuir para a desigualdade social entre os sexos.

E as consequências disto nos acompanham a vida toda. É só observarmos os altos índices de violência contra a mulher, o grande número de mulheres que trabalham em profissões menos prestigiadas e os salários mais baixos pagos a elas, bem como o fato de que cabe às mulheres arcar com as tarefas domésticas, e desta forma, com a dupla jornada de trabalho...

Assim, para que a educação nossa de cada dia não contribua para o aumento dessas desigualdades, cabe-nos fazer a seguinte distinção:

MULHERES e HOMENS nascem com diferenças biológicas, físicas e anatômicas, que determinam o **SEXO**; essas diferenças restringem-se basicamente aos órgãos genitais, aparelhos reprodutivos e à função que cada uma(um) tem na reprodução humana. Mas essas diferenças não devem se traduzir em desigualdades sociais, e é justamente o que vem acontecendo, quando passamos a atribuir papéis e/ou funções sociais, culturais e econômicas diferenciadas, de acordo com o sexo, atribuindo características distintas a mulheres e homens, denominadas, respectivamente, de **FEMININAS** e **MASCULINAS**. A este conjunto de características damos o nome de **GÊNERO**.

É importante destacar que, diferente do sexo, uma característica natural, o gênero é uma construção sócio-cultural, que pode variar de acordo com o local e o tempo histórico e, por isso mesmo, é mutável, isto é, passível de transformações.

Desconstruindo velhos significados e construindo novos...

Se pesquisarmos no dicionário, encontraremos as seguintes definições...

Mulher: *pessoa do sexo feminino depois da puberdade; esposa, quando casada; esposa; senhora;*

Homem: *A espécie humana; a humanidade; ser humano do sexo masculino; varão (respeitável); o homem na idade adulta;*

Feminino: *Oposto ao masculino; ovário; que não é macho; fêmeo; relativo a fêmea;*

Masculino: *Que é do sexo dos animais machos;*

Durante o Curso “Por uma Educação não Sexista” reconstruímos os significados destas palavras...

Mulher: *Pessoa do sexo feminino, desde o nascimento, independente do estado civil; possui como órgãos sexuais: vagina, seios, útero... ; Pode ter a capacidade de gestar e gerar outra vida, contribuindo com a fecundação (óvulo);*

Homem: *Ser humano do sexo masculino desde o nascimento; possui como órgãos sexuais: pênis, testículos... Pode ter a capacidade de gerar outra vida, contribuindo com a fecundação (espermatozóide);*

Feminino: *Características que a sociedade atribui às mulheres; varia de acordo com a cultura da sociedade em que ela vive;*

Masculino: *Características que a sociedade atribui aos homens; varia conforme a cultura da sociedade em que ele vive;*

Outra coisa importante a se fazer é analisar os livros didáticos e materiais pedagógicos. Você já reparou como determinados livros reproduzem os estereótipos de gênero e outros preconceitos, como o racial, por exemplo? Observe como existem diferenças, quantitativas e qualitativas, em relação à imagem da mulher e do homem, como é constante a aparição de mulheres ligadas às tarefas domésticas e dos homens a profissionais bem-sucedidos. Sabemos que, no dia-a-dia, muitas vezes, não temos a oportunidade de escolher diretamente os livros que serão trabalhados na sala de aula, mas, mesmo que isso aconteça, é importante mantermos um olhar crítico quanto a eles, e sempre que possível questionarmos essas situações com as alunas e os alunos, pedindo, por exemplo, para que cada uma(um) desenhe como é na sua casa, observando que as situações dos livros não são regras.

Desta forma, o que queremos dizer para você, professora(or), é que a construção de um mundo mais igualitário entre mulheres e homens pode começar na escola e é um exercício diário, que pode se materializar em pequenos gestos, como não diferenciar as cores e as brincadeiras conforme o sexo, deixando, assim, que cada uma(um) expresse seus desejos e desenvolva suas habilidades livres de estereótipos e discriminações; expressar-se tanto no masculino quanto no feminino quando estiver se referindo a grupos mistos, para, assim, não contribuir com a invisibilidade feminina; não separar as filas e a lista de presença por meninas e meninos; estimular brincadeiras e jogos em conjunto, combatendo, assim, a competição e rivalidade entre os sexos e mostrar que ambos são capazes de realizar as mesmas tarefas e funções, que meninas e meninos são iguais em direitos e obrigações.

Pode parecer pouco, mas, desta forma você já estará dando uma enorme contribuição para que essas crianças cresçam com valores de igualdade entre os sexos e com uma visão mais igualitária do mundo, com menos preconceitos e estereótipos e desfrutando de oportunidades menos desiguais.



Para você saber...

SEXISMO – Discriminação baseada no sexo. Assim uma Educação Sexista baseia-se em estereótipos e reforça as desigualdades e discriminações entre os sexos.

PATRIARCADO – Manifestação e institucionalização do domínio dos homens sobre as mulheres e crianças; a ampliação deste domínio masculino para toda a sociedade.

FEMINISMO – Movimento social que luta pela emancipação feminina e pela igualdade entre os sexos.

“No livro que pesquisamos, há um exercício em que ‘os papéis estão trocados’: as meninas estão com brinquedos ditos ‘masculinos’ (bola, carrinho) e os meninos, com brinquedos ‘de meninas’ (boneca, panela), e a tarefa é colocar cada um no lugar ‘certo’ “ (aluna do curso ‘Por uma Educação não Sexista’).



Olga Benário



Lara Iavelberg



Mae Menininha de Gantois



Maria Lacerda de Moura



Carolina Maria de Jesus



Chiquinha Gonzaga



Sueli Carneiro

Será que existem poucas mulheres citadas nos livros porque as mulheres não tiveram participação importante nos acontecimentos históricos?

Bertha Lutz, Anita Garibaldi, Maria Lacerda de Moura, Xica da Silva, Lélia Gonzalez, Carolina M. Jesus, Chiquinha Gonzaga, Olga Benário, Nísia Floresta, Sueli Carneiro, Zuzu Angel, Margarida Alves, Lara Iavelberg ...

Essas são só algumas das muitas mulheres que deram a sua contribuição na História do Brasil, participando das lutas contra a escravidão, pela independência do Brasil, contra a ditadura militar, pelo direito ao voto, pelos direitos das mulheres, contra a discriminação e intolerância racial, direitos trabalhistas, entre tantas outras lutas.

No entanto, quase não ouvimos falar desses nomes na sala de aula, não é mesmo? Você já observou, professora(or), que, dificilmente quando estudamos os acontecimentos históricos, ouvimos falar de heroínas ou sabemos de mulheres que tiveram participação de destaque em determinada conquista? A história é sempre contada da perspectiva do homem branco, passamos a vida toda aprendendo a admirar os feitos dos homens, apresentados como os grandes conquistadores. Estudamos Pedro Álvares Cabral, Cristóvão Colombo, D. Pedro I, Tiradentes, entre tantos outros.

Assim, vamos sutilmente nos acostumando a ver os homens sempre como os líderes e em posições de destaque e as mulheres, nos papéis de retaguarda, além de não



Anita Garibaldi



Bertha Lutz



Nísia Floresta



Zuzu Angel



Lélia
Gonzalez



Pagu

valorizados. E acabamos por não questionar, a invisibilidade da participação feminina nos acontecimentos históricos, que se reflete em diversos setores da sociedade, desde o pequeno número de ruas e bairros com nome de mulheres, até o baixo número de mulheres tidas como referências e exemplos.

Para conhecer melhor a história dessas mulheres e de muitas outras...

Dicionário das Mulheres do Brasil

Shuma Schumacher, Erico Vital Brazil

Mulheres Negras do Brasil

Shuma Schumacher e Érico Vital Brazil

Vídeo “Mulheres do Brasil – Presente”

Uma boa forma de dar visibilidade aos feitos e conquistas das mulheres na história brasileira é utilizar as datas de acontecimentos históricos e/ou de luta do movimento feminista e de outros movimentos para pesquisar sobre a participação feminina.

Dicas de atividades

Você pode pedir para que suas(seus) alunas(os) pesquisem a vida de algumas mulheres, que podem ser lideranças da comunidade, nomes de escolas e ruas do bairro ou de outras mulheres que tenham se destacado em processos históricos e, a partir daí, montar uma cartilha sobre as mulheres que fazem história, juntando todos os trabalhos.

Além de criar uma ferramenta de referência para futuras pesquisas, este trabalho pode desencadear a discussão sobre a invisibilidade da contribuição das mulheres nos acontecimentos da História brasileira, através de questionamentos como: já tinham ouvido falar da mulher que pesquisaram? Foi fácil ou difícil fazer a pesquisa e porquê? Se as contribuições dessas mulheres também foram importantes, por que não as estudamos?

Conheça as principais conquistas das mulheres no Brasil

- 1827** Primeira legislação relativa à educação de mulheres, admitia meninas apenas para as escolas elementares.
- 1879** As mulheres foram admitidas nas Instituições de Ensino Superior.
- 1928** Foi eleita a primeira prefeita da História do Brasil: ALZIRA SORIANO DE SOUZA, no município de Lages, Rio Grande do Norte.
- 1932** O código eleitoral provisório assegurou que as mulheres, solteiras ou viúvas, com renda própria, e ainda as casadas, com autorização expressa do marido, tivessem direito ao voto.
- 1934** A Constituição Brasileira assegurou: direito ao voto feminino; princípio de igualdade entre os sexos; regulamentação do trabalho feminino; equiparação salarial entre homens e mulheres.
- 1937** O Estado Novo criou o Decreto 3.199, que normatizava a prática esportiva feminina. Proibia às mulheres os esportes que considerava incompatíveis com a condição feminina tais como: "luta de qualquer natureza, futebol de salão, futebol de praia, polo, polo aquático, halterofilismo e beisebol". O Decreto só seria regulamentado em 1965.
- 1951** Aprovação da convenção de igualdade de remuneração entre trabalho masculino e trabalho feminino para função igual. (Convenção 100/OIT – Organização Internacional do Trabalho).
- 1962** Lei 4.121 - Revoga o artigo do Estatuto da Mulher Casada, que considera as *mulheres* casadas relativamente incapazes.
- 1977** É aprovada a Lei do Divórcio.
- 1985** Criação da Primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM.
- 1985** Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
- 1988** **Constituição Federal:** - É assegurada a garantia de igualdade a todas(os) as(os) brasileiras(os), perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurando que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações". - **Direito à Licença Maternidade** – Assegurado à gestante o afastamento do trabalho por cento e vinte dias, com a garantia de seu emprego e do salário inserida entre os *Direitos fundamentais*; (art. 7º, XVIII, da CF).
- 1997** O Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos políticos a inscreverem, no mínimo, 30% de mulheres em suas candidaturas. E a ter, no máximo, 70% para candidaturas de cada sexo.
- 2001** Lei 10.224 – Introduziu no Código Penal o crime de assédio sexual, com a seguinte redação: *Art. 216-A. "Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função." (AC) – Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.*
- 2002** O Novo Código Civil passa a dar à mulher casada os mesmos direitos do marido no mundo civil:
Art. 1.565, "o *homem* e a *mulher*, pelo casamento, assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família."
Art. 1.567, "a direção da sociedade conjugal cabe ao *marido* e à *mulher* que, a exercerão sempre no interesse do casal e dos filhos. No caso de divergência, qualquer dos cônjuges poderá recorrer ao juiz."
- 2006** Aprovação da Lei Maria da Penha – de combate à violência doméstica e intra-familiar contra a mulher (Lei 11.340) - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;

É natural que os meninos beijem as meninas à força?



guiadicas.blogbrasil.com.br

Como já vimos anteriormente, muitos são os preconceitos reforçados ao longo do processo educacional, entre mulheres e homens e outros grupos, contribuindo para a desigualdade entre os sexos e para colocar as mulheres em situação de inferioridade na sociedade. Essa educação diferenciada também acaba por permitir e legitimar um outro grave problema social: a violência contra a mulher.

Professora(or), você sabia que a violência contra a mulher é toda violência exercida pelos homens, ou não, baseada na submissão feminina, sejam os seus (as suas) praticantes conhecidos(as) ou desconhecidos(as), parentes, namorados(as) ou ex-namorados(as), e pode acontecer de várias formas e em vários lugares? Mas que, na maioria das vezes, é exercida por pessoas que mantêm algum tipo de envolvimento com a vítima, sendo os maridos, namorados e ex os principais agressores das mulheres?

Acontece que nós, educadoras(es), muitas vezes mesmo sem saber, contribuimos para esta situação. Por isso, devemos manter um olhar atento sobre as nossas práticas dentro e fora da sala de aula. Essa nossa forma de educar induz as crianças a assumirem determinadas atitudes, já que os meninos, o tempo todo, são incentivados a serem corajosos, agressivos, a satisfazerem seus desejos, como se sua sexualidade fosse incontrolável. Já com as meninas acontece o contrário: são ensinadas a serem delicadas, submissas, pacíficas e a terem que controlar seus desejos. Essas práticas reforçam que os meninos tenham atitudes violentas e levam as meninas a conviver com isso e a tolerar esta violência.

Segundo a Organização Mundial de Saúde(OMS), quase metade das mulheres assassinadas é morta pelo marido ou namorado, atual ou ex. A violência responde por aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 e 44 anos, no mundo todo.

Em alguns países, até 69% das mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada.

No Brasil, estima-se que a cada 15 segundos uma mulher é espancada.

(Dados do Instituto Patrícia Galvão)

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA em 1994 - Convenção de Belém do Pará - define violência contra a mulher como:

“qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

“A violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres...”

Várias são as formas de violência contra a mulher na escola... Entre as(os) alunas(os) já, podemos perceber o reflexo disso desde bem cedo.... Provavelmente, você, professora(or), já deve ter presenciado ou ouvido falar de algum aluno que tentou beijar uma menina à força. E o que nós fazemos diante de uma situação dessas? Na maioria das vezes, ignoramos e deixamos passar como se nada tivesse acontecido ou, muitas vezes, achamos até bonitinho. Frases como “Olha que bonitinho, vai pegar todas, ser um garanhão” são bem comuns, não é mesmo? E é aí que mora o perigo: desta forma estamos ensinando aos meninos que atitudes como essas são normais, que as mulheres estão à disposição deles para satisfazer suas vontades, e eles vão achar natural levar esse tipo de comportamento para suas futuras relações. Mesmo que isso aconteça na Educação Infantil, ou seja, envolvendo alunas(os) na infância, devemos aproveitar uma situação como essa para conversar com a turma, alertando que tudo o que é feito à força é uma forma de violência, de agressão... E mais, para duas pessoas se relacionarem, as duas devem estar de acordo e sempre deve haver respeito à vontade de ambas. Caso as(os) alunas(os) já sejam um pouco mais velhos(as) você pode aproveitar para fazer um debate sobre as raízes e as estatísticas da violência contra a mulher.

Outra forma pela qual a violência contra a mulher costuma ser visível na escola é quando as mães das(os) alunas(os) são vítimas de violência dentro de casa. Isto geralmente pode ser percebido através do comportamento das(os) alunas(os) que vivenciam essa situação. Por exemplo, estas(es) passam a se comportar de maneira agressiva ou, ao contrário, ficam muito retraídas(os). Se percebermos uma situação como esta, podemos ajudar através de campanhas educativas, abordando o tema da violência contra a mulher e indicando locais onde se pode procurar ajuda.

Agora que você já sabe que não é natural meninos beijarem as meninas à força, também é importante você, professora(or), conhecer um pouco mais sobre a violência contra a mulher e suas formas de manifestação. Pois esta não ocorre apenas na forma de violência física, que é a mais explícita e conhecida, mas de diversas outras maneiras. Algumas delas podem passar despercebidas, quando, por exemplo, um menino faz um comentário que deprecia alguma menina, como: “Sua chorona, não aguenta nada” – e este comentário acaba sendo naturalizado e aceito socialmente, fazendo com que, muitas vezes, nem a própria vítima se dê conta de que está sofrendo uma forma de violência.

Conheça algumas formas de violência contra a Mulher

Violência doméstica - *Ocorre em casa, no ambiente doméstico ou é exercida por uma pessoa que mantém uma relação de parentesco, afetividade, um envolvimento amoroso ou que vive junto com a mulher vítima da violência.*

Violência física – *Qualquer ato que cause dano à integridade física da mulher, como por exemplo, bater, atirar objetos, queimar, beliscar, sacudir, estrangular, esfaquear...*

Violência psicológica – *Qualquer conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal da mulher, como humilhar, isolar, infantilizar a mulher, dizer que ela não é capaz, isolar do convívio social e familiar, manipular, xingar...*

Violência sexual – *Ocorre quando a mulher é obrigada a manter relações sexuais ou qualquer outro tipo de contato sexual contra a sua vontade/desejo; pode ser feita pelo uso da força, de chantagens, manipulação, emprego de arma de fogo... Pode ser praticada por desconhecidos ou conhecidos, podendo ocorrer, inclusive, entre casais de namorados, marido e esposa...*

Violência patrimonial – *Qualquer ato de violência que implique em dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos e documentos pessoais, bens e valores da vítima.*

Basta de violência CONTRA A MULHER



Educadora(or), é muito importante você saber que o movimento de mulheres trouxe para o espaço público esse grave problema social da violência contra a mulher, que era considerado uma questão particular. Você já deve ter ouvido falar daquela velha frase: “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”, não é mesmo? Mas nós estamos aqui pra convidar a meter a colher, sim!!!

Se hoje nós, mulheres, temos alguns direitos e conquistas assegurados são resultado de muita luta do movimento feminista, que até os dias de hoje combate o machismo e se empenha pela erradicação de todas as formas de violência contra mulher.

E embora a nossa luta seja todos os dias, o 25 de Novembro é muito importante para o movimento feminista, pois é o Dia Internacional de Luta pelo Fim da Violência contra a Mulher.

Lei Maria da Penha: uma importante conquista no combate a violência contra a mulher...

Outra importante conquista, que só ocorreu através de muita luta do movimento feminista e de mulheres no Brasil, foi a aprovação da Lei n°. 11.340/06 - Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Dentre os avanços contidos na Lei Maria da Penha, estão: Tornar crime a violência doméstica e familiar contra a mulher e determinar a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal para abranger as questões de família decorrentes da violência contra a mulher.

Por tudo isso, educadora(or), é importante revermos nossas práticas para que possamos contribuir para uma cultura de igualdade entre os sexos, combatendo e prevenindo a violência contra a mulher. Aí vão algumas dicas:

- ☉ Falar e valorizar as mulheres que fizeram e fazem história (Tia Ciata, Lélia González, Pagu, Olga Benário...) e destacar suas contribuições;
- ☉ Analisar junto com as alunas e alunos os papéis atribuídos socialmente a mulheres e homens e a relação disto com a violência;
- ☉ Não reproduzir na educação um modelo de feminino onde as mulheres são colocadas como frágeis, meigas, sensíveis...
- ☉ Não reproduzir na educação um modelo de masculino onde os homens são colocados como fortes, corajosos, violentos...

Por falar em violência ...

Há um outro tipo de violência aos quais as crianças estão expostas e é muito importante que nós, educadoras(es) também estejamos atentas(os) a ele. Trata-se dos maus-tratos e abusos sexuais sofridos pelas crianças. Muitas crianças são vítimas de abusos sexuais e violência física, que, na maioria das vezes, acontece dentro da própria casa e são praticados por parentes e/ou conhecidos da família. Essas crianças geralmente têm alterações em seu comportamento, assim como acontece com as crianças que presenciam violência contra suas mães, podendo apresentar dificuldades de interação e aprendizado.

Na sua atuação na sala de aula, você pode intervir diretamente na prevenção e denúncia desses casos. Para isso, é importante informar às crianças maneiras como elas podem reconhecer e se defender de possíveis tentativas de abusos. Estaremos contribuindo para isto se explicarmos para as crianças quais são os órgãos sexuais, ensinando que é preciso que elas digam “não” quando alguém, principalmente uma pessoa adulta, quiser tocar seu corpo e/ou invadir a sua intimidade; e instruí-las a contar o fato para suas (seus) responsáveis ou para uma pessoa de sua confiança. Desta forma, estaremos ensinando-lhes a perceber situações de violência e de abuso sexual.

Outra coisa que você pode, aliás, deve fazer, professora(or), e isto está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/1990 -, é notificar os casos suspeitos ou confirmados de violência contra as crianças ao Conselho Tutelar ou à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, órgãos responsáveis por apurar este tipo de denúncia. Você também pode denunciar estes casos ligando para o Disque 100, que funciona como um disque-denúncia para o combate contra a violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes.



Para saber mais ...

www.
observatoriodainfancia.
com.br



Para abordar o assunto indicamos o filme: “O canto da Cicatriz” – De Laís Chaffe Aborda a violência sexual contra meninas. Tema cercado por pactos de silêncio, no filme é mostrado sem tabus, a partir de depoimentos de vítimas, especialistas, enquetes, ficção e versos do escritor e psiquiatra infantil Celso Gutfreind.



Existem diferenças entre as representações de negras(os) e brancas(os) nos livros didáticos?



V

ocê, professora(or), já parou para pensar como as desigualdades raciais, muitas vezes, também são reforçadas através da educação? Mesmo sem perceber, muitos preconceitos são repassados através da forma como somos educadas(os), seja na escola e/ou em casa.

Todo o processo educacional contribui para a formação das opiniões e valores das crianças que as acompanharão ao longo de toda a sua vida. Por isso, no que diz respeito às questões raciais, é indispensável estarmos sempre ressaltando a diversidade dos povos e etnias que compõem a sociedade brasileira e as contribuições de cada um deles para a formação de nossa sociedade.

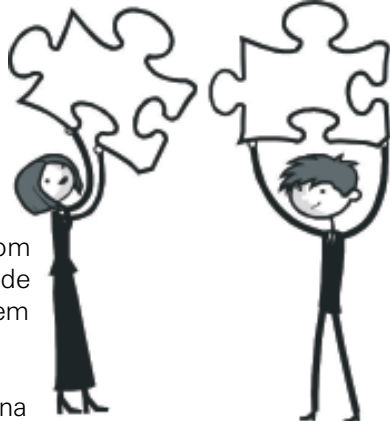
A discriminação racial, no Brasil, vem de muito tempo e tem suas raízes em processos históricos. Assim, sabemos que os povos negros e indígenas vêm sendo discriminados e tratados de forma diferenciada desde a época da escravidão e colonização de nosso país, e de lá pra cá poucas foram as políticas feitas no sentido de reparar as desigualdades sociais entre os povos. Atualmente, apesar de todos os avanços e conquistas da população negra e indígena no Brasil, e da proibição de tratamento diferenciado à população de acordo com sua raça/etnia, o racismo, ou seja, o preconceito racial, ainda é reforçado de outras formas. Você, professora(or), já reparou como a mídia enfoca as pessoas negras, que, além de quase não terem participação nos comerciais e programas, na maioria das vezes em que aparecem estão interpretando papéis de empregadas e pessoas pobres?

Trabalhar com crianças as idéias de diversidade e igualdade racial é muito importante e é mais fácil do que parece, pois elas ainda não estão com suas opiniões e valores totalmente formados. Embora possam, em alguns momentos, reproduzir comportamentos discriminatórios, porque veem as(os) adultas(os)

www.conectas.org/saudemulhernegra



fazendo e porque estas(es) lhes ensinam, as crianças ainda não estão com suas cabecinhas cheias de preconceitos. Logo, a disseminação e construção de opiniões que tratem de qualquer assunto sem discriminação, é essencial para a formação de crianças e futuras(os) adultas(os), menos preconceituosas(os). Ao trabalhar com suas(seus) alunas(os) você contribuirá para a formação de crianças menos preconceituosas e que tratem todas(os) sem discriminações.



Por isso, devemos questionar o fato, por exemplo, de na escola só estudarmos a história e conquistas dos povos europeus e da população branca. Você, professora(or), já parou para pensar sobre isto? Que deveríamos, sim, estudar de forma mais aprofundada a história e a cultura africana e indígena e seus povos? Diferente do que fazemos hoje, lembrando do índio só no dia dedicado a ele e da população negra apenas quando falamos da escravidão. Desta forma, estaremos reconhecendo suas conquistas e feitos, suas heroínas e heróis, e com certeza, contribuindo, para a auto-estima e valorização social dessas populações.

Mas a disseminação do racismo na escola não se dá apenas através da ausência de conteúdos históricos sobre os povos negros e indígenas. Ocorre também por formas mais sutis, que nem nos damos conta. Por exemplo, você já prestou atenção nas diferenças quantitativas e qualitativas entre negras(os) e brancas (os) nos livros didáticos e nos diversos materiais utilizados na escola?

Então, além da enorme diferença entre a quantidade de figuras de negras(os) e brancas(os) que aparecem nos livros e materiais didáticos, os mesmos ainda perpetuam a imagem da(o) negra (o) repassada pela mídia: negras e negros são associadas(os) a empregos braçais e pouco valorizados, enquanto brancas(os) são pessoas bem-sucedidas. Além disso, ignora-se a miscigenação que compõe a maioria das famílias brasileiras, exibindo todos os membros da família como de uma mesma cor/etnia, branca, na maioria das vezes. Mesmo que algumas vezes, você professora(or), não possa escolher os livros com que irá trabalhar na sala de aula, chegando às suas mãos apenas livros carregados desses estereótipos, você pode provocar questionamentos, usando essas figuras para debater a situação com suas (seus) alunas(os). Pode perguntar, por exemplo, como é na casa de cada uma(um), como é a composição étnica/racial de suas famílias... Aproveitando para reforçar que todas(os) somos iguais e capazes de exercer as mesmas funções, ocupar os mesmos lugares na sociedade e que a cor não influencia no trabalho que exercemos.

Uma pesquisa realizada com os materiais didáticos, em 1982, por Regina Pahim Pinto, cruzando a questão de gênero com a racial, demonstrou que, para um total de 8075 personagens analisadas, foram encontradas apenas três meninas negras.

Sugestão de atividade

Para trabalhar melhor a questão da diversidade étnica-racial nas famílias brasileiras, você pode pedir para que cada aluna(o) traga uma foto de sua família. Aproveite, ainda, para trabalhar a pluralidade na formação das famílias, que são sempre tratadas de forma única pelos livros e materiais didáticos, mostrando que nem sempre as famílias são compostas pela mãe, pai e filhas(os); às vezes há ausência do pai, da mãe ou de ambos.



**Sugerida por uma aluna do curso "Por Uma Educação Não Sexista".*

Outro recurso bastante utilizado na educação infantil, que acaba reforçando estereótipos e discriminações, são as histórias infantis. Você já deve ter percebido que, na maioria das histórias infantis, a princesa é sempre branca e loira e o príncipe tem características parecidas com as da princesa. Podemos até não perceber, mas, ao trabalharmos com estas histórias infantis, em que as princesas, príncipes, heroínas e heróis são sempre brancos(as) e, na maioria das vezes, loiros(as), de olhos claros, estamos gradativamente ensinando às crianças que este é o único modo de sermos belas(os) e graciosas(os). E, assim, estamos contribuindo para a baixa auto-estima de crianças negras, afro-brasileiras e miscigenadas, que não se identificam com estes padrões e por isso que, não se valorizam nem se reconhecem como belas.

Seria interessante diversificar o modo como são retratadas as personagens nas histórias infantis, para mudar a visão das(os) alunas(os), além de instigá-las(os) a questionar, por exemplo, o fato de a princesa sempre ser branca e nunca negra, o príncipe ter olho azul e não castanho escuro e ainda seus cabelos serem sempre lisos e não crespos.

Outra atividade que pode ser incorporada nas práticas educacionais, para contribuir com a auto-estima das crianças negras, é a adoção de bonecas e bonecos negras(os). Acabamos naturalizando, mas nem todas as bonecas(os) precisam ser brancas. É importante termos bonecas(os) de várias cores, com as(os) quais todas as crianças possam se identificar. Já que a maioria das(os) bonecas(os) com que as crianças brincam são brancas(os) e acabam por reforçar estereótipos.

Sabemos ainda, professora(or), que muitas vezes você mesma(o) reconhece a importância de abordar temas como o da igualdade racial e respeito às diferenças, mas fica se perguntando como fazer esta abordagem. Assim, um bom começo é buscar materiais e recursos pedagógicos que nos auxiliem a começar essa nova forma de educar. Conheça alguns livros e materiais onde, você professora(or), pode buscar mais informações, idéias e mesmo utilizar em suas aulas. Aí vão algumas dicas:



LIVROS:

“Pretinha, Eu?” De Julio Emilio Braz

“Menina Bonita do Laço de Fita” De Ana Maria Machado

FILMES:

Kiriku e a Feiticeira - Direção: Michel Ocelot

Vista a minha pele - Direção: Joel Zito Araújo

Programa Nota 10 – Especial A Cor da Cultura - Canal Futura

INTERNET:

www.unidadenadiversidade.com.br

www.acordacultura.org.br

Conquistas importantes para a construção de uma educação não racista

Recentemente, duas leis foram aprovadas a fim de garantir a inclusão da diversidade étnica e cultural na educação brasileira. Que você, professora(or), deve conhecer melhor:

A Lei 10.639/03 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dispõe

sobre a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira, em todos os níveis educacionais, nas escolas e universidades públicas e particulares. O

conteúdo incluirá a luta das(os) negras(os) no Brasil, a cultura negra brasileira e a(o) negra(o) na formação da sociedade nacional.



A Lei 11.645/08 altera a Lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Além da História e Cultura Afro-Brasileira, a nova lei, inseriu o estudo da História dos Povos Indígenas, resgatando e buscando as suas contribuições nas áreas sociais, econômicas e políticas referentes ao Brasil, que foram acrescentados para serem lembrados.



Para você saber: Racismo é crime

O racismo, atos e práticas preconceituosas ou discriminatórias baseadas na raça ou na cor, previsto no Art. 5.º, XLII, da Constituição Federal, não está sujeito ao pagamento de fiança, nem à prescrição, o que quer dizer que não há um prazo para a denúncia e julgamento do crime de racismo: uma vez praticado será sempre possível a sua averiguação e punição pelo Estado.

Os Crimes de Racismo estão definidos na Lei nº 7.716/89, também conhecida como Lei Caó, em homenagem ao autor da Lei Carlos Alberto da Silva Caó.



Sexualidade é ...

V

ocê já pensou o quanto completar esta frase pode ser difícil? Embora seja um assunto que desperte muita curiosidade, a sexualidade, para a maioria das pessoas, inclusive para nós, professoras(es), ainda é um tabu. Isso porque durante muitos anos a sexualidade tem sido assunto proibido, evitado e visto como algo errado ou



que não pode ser falado na família, nem na escola. O fato de ser tratada desta maneira contribui para a criação de mitos, preconceitos e repressões que, por sua vez, causam uma grande confusão, além do receio de tocar no assunto por todas(os) nós. Mas, principalmente, aumentam as dúvidas daquelas(es) que estão se descobrindo: as crianças. Por conta de tudo isso, as crianças, muitas vezes, não se sentem à vontade em conversar e, ao não encontrar respostas para suas dúvidas e curiosidades, começam a procurá-las em outros meios, como televisão, filmes, revistas... Nem sempre os mais adequados. Antes de “ensinarmos” sobre sexualidade, é necessário entendermos um pouco melhor sobre o tema.

Então, vamos tentar completar a frase do título? Para você, sexualidade é...? Ao responder esta pergunta, a maioria das pessoas associa sexualidade a sexo, expressando isso através de palavras como prazer e desejo. Embora esses sejam elementos que compõem nossa sexualidade, existem outros que variam de acordo com a idade e para cada ser. Como professoras(es), devemos ficar atentas(os) a essas diferenciações. Tratar de sexualidade com crianças de até cinco anos não é a mesma coisa que abordar o tema com uma de oito ou dez anos. E isso fica ainda mais evidente ao relacionarmos sexualidade às diversas fases da vida. Sexualidade não é só sexo; tem a ver com os nossos sentimentos, nosso corpo, as formas de sentirmos prazer, como nos relacionamos sexualmente, a orientação do nosso desejo, o afeto que sentimos e recebemos... Nossa sexualidade nasce com a gente e nos acompanha até o final da vida, e vivenciá-la de forma saudável, quebrar o tabu que a envolve é uma das atitudes mais importantes a ser tomada, principalmente quando tratamos deste assunto com crianças.

Falar de sexualidade com crianças? Como assim?

Para as crianças, a sexualidade está ligada principalmente à descoberta de seu corpo, à forma de dar e receber afeto e como isso está relacionado ao mundo - mãe, pai, irmã(o), amiga(o). Por isso, é natural que surjam perguntas como: *de onde vêm os bebês? Porque menina faz xixi sentada e menino faz em pé? O que é sexo? Menstruação dói? Como o bebê sai da barriga da mãe?* Assuntos que passam constantemente pela cabeça das crianças e que são naturais nessa fase da vida.

“Quando era criança achava que só tinha o buraquinho por onde saía o xixi.”

Aluna do curso Por uma Educação não Sexista

Não há um manual sobre como agir nessas situações, nem respostas prontas. O importante é pensar que também já passamos por essa fase e entender que as crianças estão simplesmente querendo se conhecer e saber como acontecem as coisas que as rodeiam mas ainda são estranhas a elas. Não há nenhum bicho-de-sete-cabeças nessa curiosidade. Agir com naturalidade, responder de forma simples e curta, informar devidamente sobre o que foi perguntado pode ser um bom ponto de partida para a abordagem.

E se as(os) responsáveis pelas(os) alunas(os) reclamarem? Será que é papel da(o) professora(or) falar sobre sexualidade?

Algumas vezes pode acontecer das(os) responsáveis não conversarem sobre sexualidade com suas/seus filhas/os, por não saberem como abordar, por pensarem que esse assunto não é para criança e até mesmo por falta de informação. Quando isso acontece, as crianças continuam cheias de dúvidas e curiosidades que vão parar na escola. Isso pode ocasionar um jogo de empurra-empurra entre família e escola acerca da responsabilidade de tratar deste assunto. Mesmo quando a família tem um diálogo aberto, na convivência do ambiente escolar as crianças têm acesso a outros tipos de informações, vivem outras experiências que podem gerar novas dúvidas, e as(os) professoras(es) não devem estar alheias(os) a isso.



www.limafreitas.org.br

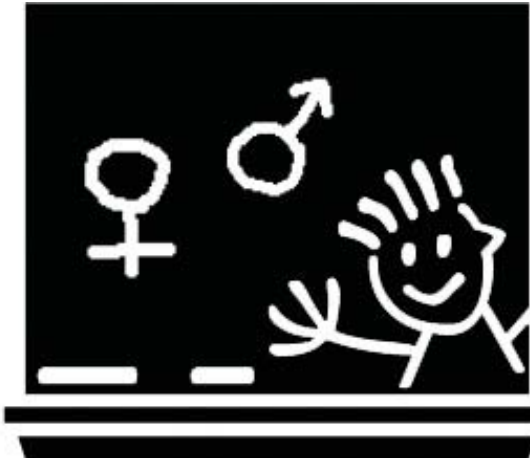
Para não haver conflito entre responsáveis e professoras(es), o ideal é permitir que as crianças expressem suas idéias num ambiente agradável e igualitário. Você pode fazer um dia de perguntas com as(os) alunas(os) e mostrar às(aos) responsáveis¹. Considerando sempre a diferença entre a sexualidade infantil e adulta, pois comportamentos considerados sexuais pelas(os) adultas(os), são apenas pequenas descobertas diárias que todas as crianças têm. Um exemplo é quando uma criança pergunta o que é sexo. Uma(um)

“Minha sobrinha de sete anos olha para o meu filho quando está pelado e a mãe dela fala que ela é safada.”

Aluna do curso Por uma Educação não Sexista

¹ Sugestão de uma aluna do Curso Por Uma Educação Não Sexista.

adulta(o) poderia pensar logo na relação sexual, enquanto a criança, por não saber o que é, pode ficar satisfeita em saber a diferença entre sexo biológico, feminino e masculino, e não o ato em si. Mas se a curiosidade for neste sentido, o jeito é mostrar à criança informações verdadeiras e coerentes. Sanar estas dúvidas não tem nada a ver com estímulo e, ao contrário do que algumas pessoas pensam, pesquisas mostram que crianças informadas tendem a adiar o início de sua vida sexual.



Ainda na infância, as curiosidades vão se modificando e é normal querer compartilhá-las com as(os) amigas(os), geralmente através de comparações. Observar o corpo da(o) amiguinha(o), descobrindo as diferenças, tais como o tamanho dos seios, alturas e massas corporais, e até mesmo toques e excitações, fazem parte do descobrimento do prazer.

Com a chegada da puberdade, muitas vezes ainda na pré-adolescência, surge outra avalanche de questões como: menstruação, masturbação, métodos contraceptivos, DST/AIDS e sua prevenção etc.

As transformações que ocorrem no corpo, tanto de meninas quanto de meninos, no início podem causar constrangimentos e desconfortos. Conversar sobre tudo isso pode contribuir para que adolescentes encarem de uma forma mais tranquila e saudável estas descobertas. A partir desta fase, desperta também o desejo de namorar e muitas vezes meninas e meninos são tratadas(os) de formas desiguais. Os meninos são estimulados a paquerar, falam abertamente sobre masturbação, enquanto as meninas sofrem repressão ao se tocar e ao tentar entender como funciona seu corpo. Essas práticas, iniciadas já na infância, não podem ser reproduzidas no ambiente escolar e, além disso, devem ser combatidas para que mulheres e homens tenham autonomia e segurança de viver sua sexualidade.

Quando a sexualidade é tratada com naturalidade desde a infância, ao crescerem, as crianças encararão a adolescência com mais tranquilidade, sentindo-se mais seguras e, dessa forma, podendo ter as devidas noções e cuidados, prevenindo doenças, gravidez não planejada, sem medo ou vergonha de assumir sua orientação sexual, vivendo sua sexualidade de forma saudável e plena.

Abordar este tema pode ser mais tranquilo e divertido do que parece. É possível fazer jogos, caixinha de perguntas anônimas para debater com toda turma, exibir filmes¹... Lembre-se: você tem respaldo legal para abordar este assunto, com os temas transversais Orientação Sexual e Saúde, previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Estes temas são inter-relacionados e, por isso, ambos garantem transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Para saber mais sobre isso, acesse “Parâmetros Curriculares Nacionais em Publicações” na página <http://portal.mec.gov.br/seb>.

¹ Propostas das alunas do curso “Por uma Educação Não Sexista”.

Menino que usa rosa é gay?



Provavelmente, professora(or), você já deve ter constatado em algumas situações que, desde a educação infantil, os estereótipos relacionados aos gêneros contribuem para especulações e discriminações referentes à orientação sexual. Se um menino é mais delicado e/ou se uma menina é um pouco mais levada ou agressiva, logo sofrem represálias dos(os) educadoras(es) pelo fato de não estarem se comportando de acordo com o papel dado a meninas e meninos em nossa sociedade, e, por isso, são recorrentes as “brincadeiras” e comentários quanto à sua orientação sexual. Quem nunca ouviu, por exemplo, a frase: “Olha o jeito desse menino; não sei não, acho que ele é viado.”

Para lidarmos melhor com essas situações é importante sabermos duas coisas: a primeira delas é que as crianças não vivem sua sexualidade da mesma maneira que as(os) adultas(os). Conforme vimos na parte destinada à sexualidade, nesta Cartilha, na infância as crianças ainda estão voltadas para a descoberta de seu corpo, das diferenças entre meninas e meninos... Portanto, não podemos dizer que uma criança seja hetero ou homossexual. O modo como ela se comporta, embora relacionado à sua sexualidade, não tem diretamente a ver com a sua orientação sexual, que só será descoberta e vivenciada mais tarde.

A outra questão é que cada pessoa é única e se apresenta para o mundo de uma maneira diferente. Podemos até ter algumas atividades, gostos, preferências comuns, mas cada ser é único. Somos diversas(os) na maneira como nos constituímos como seres humanos e, ao nos relacionarmos afetiva e sexualmente, essa diversidade permanece. O que consideramos adequado e o que nos desperta interesse é diferente para outras pessoas. Por isso, é importante nós, educadoras(es), estarmos sempre atentas(os) para garantir o respeito a essas diferenças e não tentarmos passar para nossas(os) alunas(os) que só há uma única maneira correta de se comportar, pois podemos estar oprimindo ou discriminando – mesmo sem saber – nossas(os) alunas(os), que não vão se identificar com esses modelos.

Mas afinal, o que é orientação sexual? Orientação sexual é uma escolha?

Orientação sexual é a forma como nos relacionamos afetiva e sexualmente; diz respeito à atração/desejo que sentimos por outras pessoas.

O termo orientação sexual surge para substituir o que antes se designava como opção sexual, visto que a forma como cada uma(um) de nós sente desejo não é uma opção ou escolha consciente. Geralmente, é na puberdade, conhecida como fase das transformações (devido às mudanças ocorridas em nosso corpo) que começamos a nos interessar e a nos relacionar afetiva e sexualmente com outras pessoas, tendo início, assim, a descoberta e vivência de nossa orientação sexual.

As orientações sexuais atualmente são classificadas como:

***Bissexualidades** – mulheres e homens que sentem desejo e se relacionam tanto por pessoas do mesmo sexo quanto do sexo oposto.*

***Heterossexualidades** – mulheres e homens que sentem desejo e se relacionam com pessoas do sexo oposto.*

***Homossexualidades** – mulheres e homens que sentem desejo e se relacionam com pessoas do mesmo sexo.*

A utilização destes termos no plural se faz necessária, pois mesmo numa única orientação sexual podem existir diversas formas de expressão.

É importante ressaltar que as orientações sexuais não são classificadas hierarquicamente. Não existe uma orientação sexual melhor do que a outra e nem uma que seja a normal ou a correta. Todas são naturais e possíveis para os seres humanos.

Mas porque nós, educadoras(es), devemos nos preocupar com isso? O que temos a ver com isso tudo?

Quando pensamos na escola, vem logo à cabeça um ambiente de estudos, respeito, brincadeiras, integração... Mas, como já falamos anteriormente, a escola é um pequeno exemplo da sociedade; assim, na maior parte do tempo, são reproduzidos no ambiente escolar os mesmos valores que compõem a nossa sociedade, que, muitas vezes, estão carregados de preconceitos e estereótipos, seja entre as(os) educadoras(es) ou entre alunas(os).

Um dos valores pré-estabelecidos é a heteronormatividade, ou seja, muitas vezes ignoramos o fato de que não são todas as pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas do sexo oposto. E, assim, reforçamos a exclusão e a discriminação de determinados grupos na sociedade. Fazemos isso também dentro da sala de aula, que deveria ser um ambiente de respeito à diversidade.

Sendo assim, não podemos viver, aprender ou ensinar a heterossexualidade como uma norma ou como se contemplasse a todas(os), pois corremos o risco de incentivar a intolerância e a falta de respeito com quem se apresenta fora dessa “regra”. Na escola, várias são as situações que reforçam essas discriminações e, por isso mesmo, devemos aproveitar esses momentos para combatê-las.

Além das discriminações feitas com as crianças que não se enquadram nos estereótipos atribuídos a mulheres e homens, fruto de suposições sobre a orientação sexual da criança, como já vimos anteriormente, algumas outras situações acabam gerando este tipo de comportamento por parte de algumas crianças, como, por exemplo, a composição das famílias. Imagine que uma(um) aluna(o) seja filha(o) de um casal de lésbicas ou gays. Provavelmente, poderá despertar uma certa curiosidade entre as crianças: “Porque ela(e) tem duas mães ou dois pais?” Ou até algum tipo de estranhamento se esta for uma situação nova para alguma criança. Geralmente, as respostas dadas a esse tipo de pergunta são muitas vezes mitológicas ou carregadas de preconceito ou ainda sequer respondidas, gerando, assim, manifestações discriminatórias ou ficando a cargo da televisão, das revistas e/ou da imaginação das crianças suprirem este vazio. Mas, para contribuirmos com a construção de valores que passem pelo respeito à diversidade sexual e com uma educação não discriminatória, devemos tratar essas situações com bastante naturalidade, mostrando que, assim como as pessoas, as famílias são formadas de maneiras diferentes, de acordo com sua própria história e as decisões de cada pessoa. Devemos, pois, tratar a todas(os) sem distinções. **Para trabalhar as diferentes formas de composição das famílias, veja sugestão de dinâmica na pág 18.**



Com o passar da idade, e principalmente na fase em que as(os) alunas(os) começam a viver suas primeiras experiências emocionais e sexuais, podem surgir outras atitudes homofóbicas, ou seja, as ações e “brincadeiras” discriminatórias com pessoas homossexuais, ficam mais evidentes e muitas vezes agressivas. As(os) alunas(os) homossexuais, já no início de seus desejos afetivos e sexuais, são vítimas de deboches, chacotas e impedidas(os) de demonstrar quaisquer formas de afeto em público; são recorrentemente agredidas(os) verbal e até fisicamente. Se forem travestis, a situação é ainda mais grave, pois, além da discriminação entre alunas(os), passam por constrangimentos provocados, inclusive, pelas professoras(es), que insistem em chamá-las(os) pelo nome de nascimento, com o qual não se identificam, e tratá-las(los) como

pervertidas(os) sexuais, até mesmo chegando a serem impedidas(os) de usar o banheiro das escolas.

Muitas vezes deixamos isso tudo passar despercebido, ou não intervimos, por achar “natural” que isto aconteça. No entanto, a tolerância com a homofobia – atitudes preconceituosas relacionadas à homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e travestilidade - no ambiente escolar influencia diretamente no comportamento, na relação e desempenho dessas(es) alunas(os) na escola. Elas(es) passam a se isolar, ter medo e/ou vergonha de ir à escola, passam a tirar notas baixas e até mesmo abandonam os estudos. Assim, é possível compreendermos que essas(es) alunas(os) estão longe de viverem o ambiente escolar que pensamos no início do texto. Para que isso não aconteça, professora(or), nosso papel é decisivo para garantir o respeito e os direitos dessas (es) alunas(os) que estão sendo discriminadas(os), adotando uma postura ativa e mostrando que é inaceitável a prática de atitudes preconceituosas e discriminatórias dentro da escola. O movimento LGBT luta pela criminalização da homofobia, entendendo que se faz necessária a punição de atitudes discriminatórias contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis.



O que queremos com tudo isso é dizer que a diversidade sexual está presente em toda a sociedade, inclusive na escola. E que é importante que nós, educadoras(es), tratemos este assunto com respeito. Mesmo que sejam contrários aos nossos valores pessoais, a escola é laica e é papel da(o) educadora(or) tratar todas(os) como iguais e intervir, sensibilizando as(os) alunas(os) para a garantia deste direito.


Quebrando alguns mitos e tabus, para enfrentar o preconceito....

Nós, educadoras(es), também podemos contribuir com a mudança desta realidade, mas, para isso, é necessário entendermos um pouco melhor esta temática.

A homossexualidade é uma doença? Um distúrbio?

Como já dissemos, existem orientações sexuais e todas são normais e saudáveis física e psiquicamente. O mito de que ser lésbica ou gay é doença e/ou distúrbio mental surge no final do século XIX, junto com o termo homossexualismo, que era classificado como uma doença¹. O sufixo *ismo* vem do grego e dentre suas várias adequações atribui-se a ele o caráter de doença, configurando, assim, um modo pejorativo, negativo e doentio de se referir às relações homossexuais. Mas, desde 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) não considera nem admite a homossexualidade como doença e, por isso, retirou-a do Código Internacional de Doenças (CID).

¹Bortolini, Alexandre – *Diversidade Sexual na Escola, 1ª edição Pró-Reitoria de extensão/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.*



Antes disso, em 1973, a homossexualidade já havia sido desconsiderada como distúrbio mental pela Associação Americana de Psiquiatria (APA). No Brasil, a primeira medida tomada neste sentido foi do Conselho Federal de Medicina, em 1985, que passou a não considerar a homossexualidade como doença. Só em 1999, o Conselho Federal de Psicologia, no Brasil, desconsiderou a homossexualidade como distúrbio mental ou perversão, e em 2001, as(os) psicólogas(os) foram proibidas(os) de tratar a homossexualidade com fim de “cura”, estando sujeitas(os) a punição, podendo até ter seu registro cassado.

É verdade que bissexual é indecisa/o, não sabe o que quer?

É comum escutarmos que bissexual é aquela(e) que está passando por uma fase de indecisão, que ainda não decidiu o que quer, mas logo vai se definir. Nossa sociedade tenta encaixar a todos em estereótipos, geralmente opondo uma coisa a outra: mulher x homem; masculino x feminino; hetero x homo etc. De acordo com esta concepção, a(o) bissexual não se enquadraria em nenhuma das duas partes. Mas nós não somos necessariamente definidas(os) por algo que tem sempre um oposto. Nossas relações são bem mais plurais que isso... A(o) bissexual não é ou está indecisa(o). Ela(e) sente desejo/atração e se relaciona sexual e afetivamente com mulheres e com homens.

É verdade que gay é um homem com vontade de ser mulher e lésbica é uma mulher com vontade de ser homem?

Nossa sexualidade vai muito além do sexo biológico, com o qual nascemos - ser mulher ou homem - e de nossa orientação sexual - ser bi, hetero ou homossexual. E, conforme explicamos, gay não quer dizer ser afeminado e ser afeminado não quer dizer ser gay. Assim como ser lésbica não quer dizer ser masculinizada e nem ser masculinizada quer dizer ser lésbica. Ser homossexual quer dizer apenas que nos sentimos atraídas(os) por pessoas do mesmo sexo que o nosso e não necessariamente que queremos nos tornar igual ao sexo oposto, o que varia de pessoa para pessoa. A nossa identidade sexual é constituída a partir do nosso jeito de ser, de sentir e vivenciar, que pode corresponder ou não aos comportamentos socialmente atribuídos à mulher ou ao homem.

As identidades sexuais mais conhecidas atualmente são: bissexual, gay, homem hetero, lésbica, mulher hetero, transexual e travesti. A composição de nossa sexualidade combina fatores como sexo biológico, gênero, orientação sexual e identidade sexual.

Veja o exemplo:

Ana

Sexo biológico: mulher;

gênero: feminino;

orientação sexual: homossexual;

identidade sexual: lésbica.

Referências Bibliográficas

- Auad, Daniela. *Educar Meninas e Meninos* – Editora Contexto. São Paulo, 2006
- Autores Diversos. *Abrealas – O Feminismo na virada do século XIX/XX*. Redeh - Rede de Desenvolvimento Humano e Arte sem Fronteiras. Rio de Janeiro, RJ, 2000.
- Autores Diversos. *Interfaces – Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. Orgs: Regina Maria Barbosa et al.
- Autores Diversos. *Gênero e Educação: Caderno Para Professores*. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo, 2003
- Autores Diversos. *Guia de Orientação Sexual. Diretrizes e Metodologia. Tradução e adaptação Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual, Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana*. – Casa do Psicólogo, 4ª edição. São Paulo, 1994.
- Autores Diversos. *Orientações Didáticas 1º Ciclo Fundamental: gênero e raça – “Branca de neve e os sete Anões”*. Disponível em unidadesadiversidade.org.br. Acesso em 18 jan 2008.
- Autores Diversos. *Orientações Didáticas 1º Ciclo Fundamental: gênero e raça – “A Bela e a Fera”*. Disponível em unidadesadiversidade.org.br. Acesso em 18 jan 2008.
- Autores Diversos. *Orientações Didáticas 1º Ciclo Fundamental: gênero e raça – “As doze filhas do rei”*. Disponível em unidadesadiversidade.org.br. Acesso em 18 jan 2008.
- Beauvoir, Simone. *O Segundo Sexo*. Editora Nova Fronteira, 9ª impressão. Rio de Janeiro, 1980.
- Bortolini, Alexandre. *Diversidade Sexual na Escola*. Projeto Diversidade Sexual na Escola/UFRJ. Pró-reitoria de Extensão UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- Braga, Denise da Silva. *A sexualidade no currículo da escola fundamental – travessões e reticências sobre a homossexualidade nos discursos e nas atividades em uma escola municipal em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, MG, 2004.
- Brasil. *Lei nº 10639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da Temática “História e Cultura Afro Brasileira” e dá outras providências*. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 Jan. de 2003. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 17 set 2008.
- Brasil. *Lei nº 11.645/08, de 10 de março de 2008. Altera a lei a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela 10.639, de 09 de janeiro de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para*

incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 Mar. de 2008. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 17 set 2008.

Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Cadernos SECAD 04 - Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer diferenças e superar preconceitos.* Brasília: SECAD/MEC, 2007. Orgs: Ricardo Henriques et al.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética.* MEC/SEF, Brasília, 1997. Disponível em portal.mec.gov.br/seb. Acesso em 16 set 2008

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.* MEC/SEF, Brasília, 1997. Disponível em portal.mec.gov.br/seb. Acesso em 16 set 2008.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde.* MEC/SEF, Brasília, 1997. Disponível em portal.mec.gov.br/seb. Acesso em 16 set 2008.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual.* MEC/SEF, Brasília, 1997. Disponível em portal.mec.gov.br/seb. Acesso em 16 set 2008.

Braz, Julio Emilio. *Pretinha, eu?* Scipione, 2002.

Camtra – Casa da Mulher Trabalhadora. *Mulheres Trabalhadoras Vida e Direitos.* Rio de Janeiro, RJ, 2008.

_____. *Núcleo de Mulheres Jovens da Camtra: Trocando Idéias.* Rio de Janeiro, 2008.

CEPAC – Centro Paranaense de Cidadania. *Guia Para Educadores (as) – Educando para a diversidade. Como discutir homossexualidade nas escolas?* Curitiba, PR, 2006.

Machado, Ana Maria. *Menina Bonita do Laço de Fita.* Atica, 1986.

Marcha Mundial das Mulheres. *1º Encontro Nacional Marcha Mundial das Mulheres – Textos de Subsídios.* Belo Horizonte, MG, 2006.

Silveira, Maria Lucia da e Godinho, Tatau (orgs.). Várias autoras. *Educar para a igualdade: Gênero e Educação Escolar.* Coordenadoria Especial da Mulher. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo, 2004.

Moreno, Montserrat. *Como se Ensina a Ser Menina: O Sexismo na Escola.* Editora Moderna. São Paulo, 1999.

Oliveira, Nina Eiras Dias de. *Sexualidade Infantil.* Disponível em www.existencialismo.org.br. Acesso em 17 nov 2008.

Redeh - Rede de Desenvolvimento Humano. *Cidadania e Gênero: Por uma Educação Não-Discriminatória*. Rio de Janeiro, RJ, 1998.

_____. *Cidadania, Raça e Etnia: Por uma Educação Não Discriminatória de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro, RJ, 1998.

_____. *Não a Violência contra a Mulher Fazendo Escola*. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ, 2005.

_____. *Nunca é Tarde – Orientação Sexual na Educação*. Rio de Janeiro, RJ, 2000.

Reprolatina e Vivendo a Adolescência. *Saiba + sobre... sexualidade: a sexualidade...* Campinas, SP, 2008. Disponível em www.adolescencia.org.br. Acesso em 12 nov 2008.

Rodrigues, Bruno. *Sexualidade na Infância*. Disponível em www.guiadobebe.uol.com.br. Acesso em 12 nov 2008.

Sears, James. *Bullying Homofóbico nas Escolas*. Disponível em www.clam.org.br. Acesso em 10 out 2008.

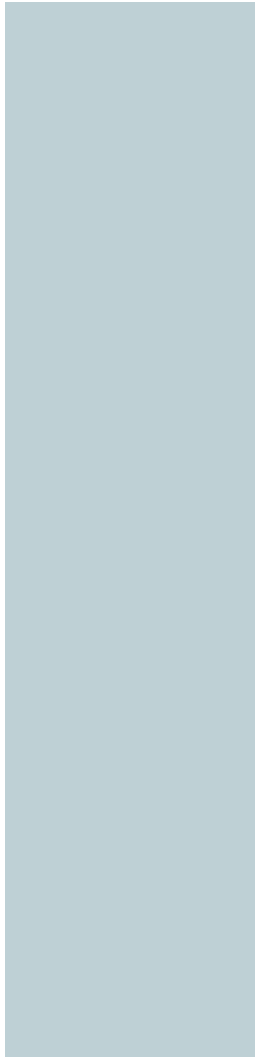
Shumaker, Shuma e Brazil, Érico Vital (orgs). *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até atualidade biográfico e ilustrado*. Jorge Zahar Editor, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2000.

Vianna, Adriana e Lacerda, Paula. *Direitos e Políticas Sexuais no Brasil: o panorama atual*. CLAM-IMS/UERJ. Rio de Janeiro/RJ, 2004.

Agradecimentos

Queremos registrar nossa gratidão a todas (os) aquelas (es) que contribuíram para a construção deste material e que assim como nós, desejam construir uma outra educação não sexista, não homofóbica e não racista:

Às alunas do curso “Por uma Educação Não Sexista” que nos possibilitaram aprender e ensinar trocando experiências; às (aos) parceiras (os) e financiadores que investiram nesta idéia e confiaram na sua realização; às (aos) companheiras (os) que compartilham desta idéia e colaboraram com sua efetivação repassando seus conhecimentos nas aulas; a cada uma que compôs a equipe de redação discutindo incansavelmente cada detalhe, cada palavra para que esta cartilha pudesse ser uma ferramenta de sensibilização às educadoras (es).



Apoio:



ISBN 978-85-61881-02-3



9 788561 881023

